

ARTIGO

A POLÊMICA DO PROJETO QUE PERMITE A EXPLORAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS



Recém-encaminhado ao Congresso Nacional, o projeto de lei n. 191/2020 que regulamenta a mineração, geração de energia elétrica, exploração de petróleo e gás natural em terras indígenas já tem sido motivo de grande polêmica.

A ideia concebida é positiva, já que tem o propósito de impulsionar o desenvolvimento do país, entretanto, existem várias questões que precisam ser debatidas e aspectos que devem ser mais bem explanados, como por exemplo, quais empresas poderão explorar essas áreas.

Apesar de estar prevista na Constituição Federal, a exploração mineral e hídrica nunca foi regulamentada. O artigo 176 da CF estabelece que a pesquisa e a extração de recursos minerais somente poderão ser efetuadas mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras.

Já o artigo 231 prevê que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes. E que a exploração das riquezas minerais em terras indígenas pode ser realizada somente com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades afetadas.

A proposta do governo prevê que os indígenas serão consultados antes da realização de empreendimentos em suas terras e poderão vetar o garimpo, porém, em outras atividades, como exploração de petróleo ou produção de energia em hidrelétricas, os indígenas serão apenas consultados.

O projeto também reserva às comunidades indígenas o direito de receber, a título de participação nos resultados, pagamentos de 0,7% do valor da energia elétrica produzida, 0,5% a 1% da produção de petróleo ou gás natural e 50% da compensação financeira pela exploração de recursos minerais.

O projeto vem sendo duramente criticado porque uma grande parte das riquezas do Brasil está localizada em reservas indígenas

Caberá ao órgão ou entidade responsável pelo estudo prévio solicitar à Funai que faça a interlocução com as comunidades indígenas afetadas, a fim de que sejam respeitados usos, costumes e tradições dos povos envolvidos. Caso a interlocução não seja possível ou não haja autorização para o ingresso

na terra indígena, um estudo técnico poderá ser elaborado com dados e elementos disponíveis.

Entre outras questões, o texto do projeto de lei também estabelece os critérios mínimos para a realização da oitiva das comunidades indígenas afetadas, o procedimento administrativo para fins de autorização do Congresso Nacional e a criação de conselhos curadores.

O projeto vem sendo duramente criticado porque uma grande parte das riquezas do Brasil está localizada em reservas indígenas ou parques estaduais. Essas expansões de reservas indígenas foram criadas como forma de cessar o desenvolvimento. E esse bloqueio ao desenvolvimento foi ocorrendo por meio de vias transversas, com criação de reservas indígenas e normas ambientais.

Aliado a isso, as grandes potências mundiais sempre fizeram lobby e conseguiram por meio desse trabalho de criação de leis e de formação de opinião pública que nós, brasileiros, fôssemos contrários a esse desenvolvimento. Ocorre que, o projeto de lei apresentado pelo Executivo pode ser considerado radical e ser inviabilizado. A intenção é louvável e deveria ser impulsionada por todos os cidadãos, pois fortalece a soberania nacional.

Irajá Lacerda é advogado e presidente da Comissão de Direito Agrário da OAB-Mato Grosso, presidiu a Câmara Setorial Temática de Regularização Fundiária da AL/MT e-mail: irajá.lacerda@irajalacerdaadvogados.com.br



CURTAS

Camponovense no The Voice Kids

Omorador de Campo Novo do Parecis, Adryel Freitas, de 12 anos, foi aprovado, ontem, na última etapa das das audições às cegas do ‘The Voice Kids’ da TV Globo. Ele subiu ao palco e cantou “Cem Mil”, de Gusttavo Lima. Carlinhos Brown e Cláudia Leitte viraram as cadeiras para o mato-grossense, que escolheu entrar para o Time Cláudia. No próximo domingo, começa a fase de batalhas, em que as 72 crianças escolhidas integrarão trios, dos quais os técnicos indicarão apenas uma para seguir adiante. Na fase ao vivo, chegarão oito crianças, que serão avaliadas por voto popular até a definição do vencedor.



Gás

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, se reuniu com o governador Mauro Mendes e discutiu soluções para reduzir preço do gás de botijão, que é o mais caro no país. A assessoria da agência não divulgou o resultado da reunião.

Pesquisa

Na pesquisa realizada em sete cidades mato-grossenses, o preço médio mais caro do botijão é em Sorriso R\$ 103,13, o mínimo é R\$ 95 e o máximo R\$ 110. O preço da distribuidora na capital do Agronegócio está estagnado em R\$ 77. Foram pesquisadas 10 revendedoras.

Nortelândia

O Serviço Social do Comércio (Sesc) em parceria com a Sindovan-MT juntamente com a Prefeitura de Nortelândia iniciou nesta segunda-feira, 10, os atendimentos odontológicos de forma gratuita. A ação acontece pelos próximos 30 dias, beneficiando a população nortelandense.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Bolsonaro em MT

O presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido) vem a Mato Grosso nesta sexta-feira, 14, para participar da entrega do último trecho que faltava ser asfaltado ao longo da BR-163. A presença do presidente no ato foi confirmada pelo senador Wellington Fagundes.

BR-163

Iniciada na década de 1970, a obra concluiu o asfaltamento entre as cidades de Sinop e Miritituba (PA). O trecho pavimentado compreende 51 quilômetros entre Moraes Almeida e Novo Progresso, trecho que faltava para interligar, definitivamente, os dois estados.

Mais segurança

O senador mato-grossense ressaltou, ainda a importância da obra para garantir mais segurança para os caminhoneiros, que, até então, passavam dias em atoleiros no trecho crítico em questão, principalmente na época de chuvas.

Justiça Eleitoral veta show

A Justiça Eleitoral de Campo Novo vetou o show que contaria com a participação da cantora gospel Gabriela Rocha, que seria realizado no dia 24 de fevereiro pela Prefeitura. O Promotor Eleitoral, Luiz Augusto Schimith, entendeu que a promoção de shows gratuitos é uma “violação ao artigo 73, § 10 da Lei nº 9.504/97 (Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais)”. O evento faria parte do ‘Giro Cultural Aviva Campo Novo’.



JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da
AJOTA
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões
78300-000 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o  do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) **99809.2921**

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)**3326.6501** 

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) **3326-4724**

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997
Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP:78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

 www.facebook.com/jornalds

 @diariodaserra